



Muito se fala, atualmente, sobre as reivindicações no estado do Ceará quanto à pesca da lagosta e supostas mobilizações que, na verdade, não parte de pescadores e sim de uma única Organização não governamental (ONG) pelo qual reivindica a suspensão da atividade por 18 meses, mas, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), através do Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca Artesanal relata que somente após a manifestação do Subcomitê Científico da Lagosta poderá fornecer dados complementares, mas, desconhece essa possibilidade.

Durante reunião do Comitê Permanente de Gestão da Pesca da Lagosta (CGPL) que ocorreu nos dias 09 e 10 deste mês no MPA, a Gerente de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros do Ministério do Meio Ambiente (IBAMA), Dra. Monica Brick Peres, afirmou que a lagosta não está na lista de crustáceos em extinção. O Ministério do Meio Ambiente através de seus representantes no CGPL, também não considera tal afirmação.

Com relação à exportação da Lagosta, entre os anos de 2011 e 2012, houve uma queda de 33% nas exportações para o mercado Norte Americano, levando em consideração o período de estiagem no Ceará, enquanto para Europa, Ásia e Oriente Médio, e as exportações cresceram bastante, a exemplo dos Emirados Árabes, que importou 12 ton. de lagosta brasileira, região antes nunca atingida pelos exportadores de pescado.

O secretário de Planejamento e Ordenamento da Pesca no MPA, Flávio Bezerra, declarou que dos fatores abordados para a “moratória” da pesca da lagosta não são somente índices de pesca predatória ou barcos ilegais, mas, principalmente, a seca que já veem castigando o estado e influenciou diretamente na produção. “Essa queda chega a 50%, segundo aponta estudo do Instituto de Ciências do Mar (Labomar), da Universidade Federal do Ceará (UFC)”, explica o diretor.

“A escassez de chuva influencia principalmente no deságue natural dos rios no mar, fator este de grande importância na modificação do meio, tanto no teor de salinidade e temperatura, quanto no suprimento de matéria orgânica, responsável pela alimentação dos recursos pesqueiros”, explica o diretor do Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca

Artesanal do MPA e Presidente do CGPL, Henrique Almeida. O Diretor esclarece ainda que, com a alteração destes índices, “pode” ocorrer uma queda nas taxas de reprodução e recrutamento, podendo impactar assim a pesca.

Fonte da Informação: Assessoria de Comunicação Flávio Bezerra.

22.01.2013

Assessoria de Comunicação da SPA

Gerson do Valle gereson.valle@spa.ce.gov.br

(85) 3241.0114 / TIM (85) 9954.8989 / OI (85) 87542803

Twitter: @spaceara